

política

Assembleia flexibiliza regras fiscais no Estado

Deputados autorizam criação da Secretaria da Reconstrução Gaúcha

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o projeto do governo Eduardo Leite (PSDB) que flexibiliza regras fiscais no Estado, como o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O Projeto de Lei Complementar (PLC) 148/2024 altera normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a adoção de mecanismos de limitação do gasto público e de controle e manutenção do equilíbrio das contas públicas, além de mecanismos prudenciais de controle que têm objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

O Executivo argumenta que, “diante da situação de calamidade pública que o Estado está enfrentando e a necessidade de aplicação de recursos voltados para o enfrentamento e mitigação dos prejuízos decorrentes da calamidade e de suas consequências sociais e econômicas, é imprescindível que sejam flexibilizadas as atuais regras fiscais estabelecidas em âmbito estadual, notadamente a limitação de despesas primárias (teto de gastos) e as limitações de despesas de pessoal impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Estadual”, como afirma a justificativa da matéria.

Apesar de flexibilizar importantes normas de controle fiscal, algumas inclusive aprovadas durante a gestão Leite, o projeto teve aprovação unânime, com todos os 54 deputados aptos votando favoravelmente pela aprovação do texto: o presidente do Legislativo, deputado Adolfo Brito (PP), só votaria em caso de empate. Mesmo



Sessão virtual aprovou Política Estadual de Habitação de Interesse Social

a oposição acompanha o governador nesta proposta.

A criação da Secretaria da Reconstrução Gaúcha também foi aprovada, mas esta votação encontrou resistência, tendo como resultado 39 votos favoráveis e 13 contrários. Partidos de oposição de esquerda criticaram o fato de que a nova pasta surge da Secretaria de Parcerias e Concessões. A oposição à direita criticou gastos com criação de novos cargos comissionados (CCs).

A nova secretaria será voltada para o atendimento das demandas decorrentes dos eventos climáticos que atingiram o RS nos anos de 2023 e 2024. O novo órgão, de acordo com a justificativa do Executivo, atuará na coordenação do planejamento, da formulação e execução de ações, projetos e programas voltados para a implantação ou incremento da resiliência climática, para o enfrentamento das consequências decorrentes dos eventos climáticos, além da proposição de diretrizes para captação de recursos visando à reconstrução do estado e da coordenação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Outro projeto de Leite que foi aprovado pela unanimidade dos 54 votantes foi o que dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), que institui programas habitacionais no âmbito estadual.

Segundo o governo do Estado, o objetivo da proposta é incluir a questão climática na política estadual. “A matéria em apreço ganha, no presente, novos contornos com a recorrência de eventos climáticos extremos em nosso Estado e se soma ao já histórico déficit habitacional, compondo um cenário extremamente complexo e desafiador a merecedor da atenção de todos os agentes, Poderes e instituições públicas, assim como da sociedade civil organizada”, afirma a justificativa do texto.

“No intuito de melhor aparelhar o Executivo estadual, propõe-se a criação da PEHIS, cujos princípios básicos incorporam conceitos construtivos modernos, como a adoção de tecnologias inovadoras e de (re)formação de cidades resilientes, assim como, dentre outros, estabelecem uma especial atenção às pessoas mais vulneráveis e hipossuficientes”, segue o projeto.

Veredores recusam pedido de abertura de impeachment de Melo

Ana Carolina Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre recusou o pedido de abertura de um processo de impeachment contra o prefeito Sebastião Melo (MDB). Protocolada pelo secretário-geral da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa), Brunno Mattos, a denúncia recebeu votos favoráveis apenas da oposição na sessão plenária desta quarta-feira.

O placar final foi de 25 votos pela rejeição da denúncia e apenas dez votos favoráveis, dos parlamentares do PT, PSOL e PCdoB. Por ser um projeto de aprovação por maioria simples, o presidente do Legislativo, Mauro Pinheiro (PP), votaria apenas em caso de empate.

Junto aos vereadores Aldair Oliboni (PT) e Giovani Culau (PCdoB), Pedro Ruas (PSOL) chegou a pedir uma questão de ordem ao Presidente para permitir a manifestação dos parlamentares durante a votação. No entanto, a solicitação foi recusada com base no regimento interno da Câmara, que não inclui discussão e encaminhamentos durante a votação de pedidos de abertura de impeachment.

A votação foi acompanhada presencialmente pelos secretários municipais de Governança Local e Coordenação Política, Cássio Trogildo, e de Planejamento e Assuntos

Estratégicos, Cezar Schirmer.

Líder do governo Melo na Câmara, Idermir Cecchim (MDB) considera que o pedido veio em momento inoportuno e comemora o resultado da votação. “Foi uma derrota acachapante para a oposição. Quem faz pedidos fora de hora e demagógicos leva o troco, 25 a 10 (votos)”, afirmou à reportagem.

Enquanto isso, representada na figura de Roberto Robaina (PSOL), a liderança de oposição já esperava esse resultado, embora tenha apoiado a abertura do processo de impeachment. “A votação revelou a situação da Câmara, onde esses vereadores que votaram contra (a abertura de impeachment), com algumas exceções, sempre sustentaram o (prefeito) Melo”, explica. Apesar disso, Robaina acredita que a situação tende a se alterar. “Já há um movimento na Câmara que indica a crise do governo, o pedido foi só um sintoma”, avalia.

Mattos, proponente do pedido de abertura de impeachment, lamenta a sua rejeição mas afirma que estava ciente da dificuldade que teria em aprová-lo. “O prefeito tem uma base com 25 parlamentares que blindam a sua imagem”, analisa.

A denúncia de Mattos era de que o prefeito Melo teria sido negligente em relação ao sistema de proteção contra enchentes de Porto Alegre.



Com apoio apenas da oposição, instauração do processo não avançou

Cidades temporárias em Porto Alegre e Canoas ainda não têm prazo para ficarem prontas

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

As cidades temporárias para abrigar pessoas que perderam tudo nas enchentes em Canoas e Porto Alegre ainda não têm um prazo definido para ficarem prontas. Questionado durante a coletiva de imprensa no Ministério Extraor-

dinário de Apoio à Reconstrução do RS, nesta quarta-feira, o prefeito da Capital, Sebastião Melo (MDB), afirmou que a construção das cidades é um dos maiores desafios.

Ele disse, ainda, que o município cedeu três espaços para a construção dos abrigos e que aguarda mais informações do Estado sobre o prazo de construção e conclusão

desses espaços. O vice-governador Gabriel Souza (MDB), por sua vez, não participou da coletiva, mas afirmou à reportagem que a expectativa é construir os Centros Humanitários de Acolhimento, como também são chamadas as cidades temporárias, em menos de um mês.

“As casas da ONU (Organiza-

ção das Nações Unidas) já estão no Brasil e devem chegar a Canoas nos próximos dias. Nossa expectativa é que em menos de um mês os espaços estejam prontos”, falou o vice-governador. Serão cinco locais provisórios, dois em Canoas e três em Porto Alegre.

Souza disse também, que será necessário construir outras estru-

turas para o acolhimento das pessoas junto às casas temporárias. “Precisamos complementar as estruturas com banheiros, espaços para crianças e animais”. O governo também deve formalizar a cooperação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que fará a gestão das cidades temporárias.